



AGENDA LEGISLATIVA

7 A 11 DE JULHO DE 2025

CONGRESSO NACIONAL

Terça-feira (08/07)

CMO - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO / Anexo II, Plenário 02, 14h30

Audiência Pública - Tema: Discussão do PLDO para 2026 pela ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet (art.84, Res.1/2006-CN)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Terça-feira (08/07)

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Audiência Pública - Tema: Impactos das altas coparticipações e da crise no financiamento estudantil

Convidados:

- Adilson Santana de Carvalho, diretor de Políticas e Programas de Educação Superior do Ministério da Educação;
- Representante do Ministério da Fazenda (MS);
- André Gustavo Santos Lima Carvalho, diretor de Gestão de Fundos e Benefícios do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE);
- Representante do Ministério da Saúde (MS);
- André Yokowo dos Santos, coordenador geral da Integração e Análise das Informações do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS);
- Valéria Souza Medeiros, gerente de Projetos do Departamento de Condicionalidades Senarc do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS);
- Representante do Comitê Gestor do FIES;
- Victoria Matos, diretora de Universidades Privadas da União Nacional dos Estudantes (UNE);
- João Victor Monteiro da Silva, representante dos estudantes afetados do Movimento FIES Sem Teto; e
- Levy Araújo da Silva, representante dos estudantes afetados do Movimento FIES Sem Teto.

PL 2338/2023 - COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO QUE "DISPÕE SOBRE O DESENVOLVIMENTO, O FOMENTO E O USO ÉTICO E RESPONSÁVEL DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COM BASE NA CENTRALIDADE DA PESSOA HUMANA" / Anexo II, Plenário 02, 13h30

Audiência Pública e Deliberação - Tema: Proteção de direitos fundamentais e novas tecnologias

Convidados:

- Janine Mello dos Santos, secretária-executiva do Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC);
- André Filipe Batista, professor e diretor de Tecnologia no INSPER;
- Alisson Alexandro Possa, pesquisador no IDP Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP);
- René Guilherme da Silva Medrado, diretor presidente do Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional (IBRAC);
- Christian Perrone, diretor de Relações Governamentais da Microsoft Brasil;
- André Beck, diretor de Operações e Diretor Financeiro da Widelabs; e

- Emanuella Ribeiro, analista de Pesquisa em Políticas Públicas do Instituto Alana.

REQ 94/2025 - Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão Especial sobre a Inteligência Artificial (PL 2338/2023), com o tema “Impactos Psicológicos da Inteligência Artificial Generativa”. Item nº 1.

Convidados:

- Representante do Conselho Federal de Psicologia (CFP);
- Representante da Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP);
- Christian Ingo Lenz Dunker, Universidade de São Paulo (USP);
- Emília Estivalet Broide (PUC-SP);
- Flávio Pereira Kapczinski, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS);
- Jorge Moll, Instituto D’Or de Pesquisa e Ensino (IDOR);
- Ana Karla Silva Soares, Psicologia (UFMS);
- Laura Soares, Conselho Federal de Psicologia (CFP);
- Laisa Marcorela Andreoli Sartes, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop/CFP);
- Leonardo Fernandes Martins, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio);
- Ricardo Primi, Universidade São Francisco (USF); e
- Bruna Araújo de Castro Oliveira, Instituto Federal do Espírito Santo (IFES).

Autor: Camila Jara (PT/MS)

REQ 95/2025 - Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão Especial sobre a Inteligência Artificial (PL 2338/2023), com o tema “Impactos dos Vídeos Criados por Inteligência Artificial em Sistemas Oficiais de Prova”. Item nº 2.

Convidados:

- Miriam Wimmer, Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- Diego Machado de Melo, Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP);
- José Eduardo Krieger, Universidade de São Paulo (USP);
- Juliana Castro, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ);
- Arthur Igreja, Especialista em tecnologia e inovação 6. Representante do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);
- Representante do Tribunal de Contas da União (TCU), Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação;
- Representante do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI);
- Representante do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), Secretaria de Governo Digital; e
- Representante da Polícia Federal, Perícia Criminal em Cibercrimes.

Autor: Camila Jara (PT/MS)

REQ 97/2025 - Requer o aditamento do Requerimento nº. 17/2025, de minha autoria, que propõe a realização de audiência pública para debater o tema “Direitos Autorais e Inteligência Artificial: Desafios para o Marco Legal Brasileiro”. Item nº 4.

Convidados:

- Representante da Conexis Brasil Digital;
- Representante da Confederação Nacional dos Segurados (CNseg);
- Rony Vainzof, Conselheiro Titular do Conselho Nacional de Proteção de Dados e Privacidade;
- Conselheiro Titular do Comitê Nacional de Cibersegurança; e
- Consultor em Proteção de Dados da Fecomercio/SP).

Autor: Gustavo Gayer (PL/GO)

REQ 99/2025 - Requer a realização de audiências setoriais não contempladas pelo plano de trabalho apresentado pelo Relator: Item nº 6.

- Desafios enfrentados por empresas na adequação às obrigações técnicas e jurídicas do PL 2338/2023 (REQ 2/2025);
- Impactos da regulação da IA no setor de saúde (REQ 4/2025);
- Impactos da regulação da IA no setor educacional (REQ 5/2025);
- Riscos à liberdade de expressão e de empreender na regulação da IA (REQ 9/2025); e
- Impactos da regulação da IA no setor agropecuário brasileiro (REQ 10/2025).

Autor: Adriana Ventura (NOVO/SP)

REQ 100/2025 - Requer Aditamento ao Requerimento nº 09/2025, para inclusão do seguinte convidado em audiência pública: Representante da Rede Nacional de Combate à Desinformação (RNCD). Item nº 7.

Autor: Jandira Feghali (PCDOB/RJ)

REQ 101/2025 - Requer a realização audiência pública para debater o impacto da legislação de inteligência artificial nos municípios sob a ótica da proteção de dados. Para tanto, sugiro seja convidado o Senhor Rodrigo Henrique Luiz Corrêa, Secretário Municipal de Integridade da prefeitura do Rio de Janeiro. Item nº 8.

Autor: Jandira Feghali (PCDOB/RJ)

REQ 102/2025 - Requer a realização de reunião de Audiência Pública com o objetivo de promover um debate plural e qualificado sobre os impactos do uso de tecnologias baseadas em Inteligência Artificial (IA) nas relações de consumo, com especial atenção aos desafios à Cibersegurança, privacidade de dados e direitos dos consumidores. Item nº 9.

Convidados:

- João Lucas Melo Brasio, CEO Elytron Security;
- João Matos Filho, CEO e Analista Chefe de Segurança BUGSAFE; e
- Arthur Rollo, Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (IDEC).

Autor: Celso Russomanno (REPUBLICANOS/SP)

REQ 103/2025 - Requer a realização de audiência pública para exposição e conhecimento de aplicações e casos relevantes de uso da inteligência artificial pelo Poder Público. Item nº 10.

Convidados:

- Conselho Nacional de Justiça (CNJ), relativo à Resolução 615/2025 que estabelece diretrizes para o uso da IA no Poder Judiciário;
- Supremo Tribunal Federal (STF), relativo ao Chamamento Público 001/2023 sobre o desenvolvimento de protótipos de IA;
- Tribunal de Contas da União (TCU), relativo ao sistema ChatTCU;
- Câmara dos Deputados / Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação, referente ao projeto Ulysses;
- Serpro / Centro de Excelência em Ciência de Dados e IA; e
- João Lima, Analista de Informática Legislativa no PRODASEN/Senado Federal.

Autor: Luizianne Lins (PT/CE)

REQ 106/2025 - Requer a inclusão dos seguintes convidados em audiências públicas para discutir os impactos da regulação da inteligência artificial. Item nº 13.

Convidados:

- Renato Opice Blum, professor de Direito Digital, Proteção de Dados, Inteligência Artificial e Segurança da Informação no INSPER, ESPM, FAAP, EBRADI e Mackenzie;
- Felipe Galofaro, *Chief Operating Officer* (COO) e cofundador da Elytron Security S.A.;
- Representante da Cogna Educação;
- Representante da Associação Brasileira da Indústria de Dispositivos Médicos (ABIMO);
- Representante da Salesforce;
- Marcos Vinícius Barros Ottoni, Diretor Jurídico da CNSAÚDE;
- Gabriel Lameirinhas, COO da Tractian;
- Representante da Aliança Brasileira da Indústria Inovadora em Saúde (ABIIS); e
- Nelson Leoni, CEO da WideLabs

Autor: Adriana Ventura (NOVO/SP)

REQ 107/2025 - Requer inclusão de convidados em audiência pública no âmbito da Comissão Especial sobre Inteligência Artificial - Projeto de Lei nº 2.338/2023 que dispõe sobre o desenvolvimento, o fomento e o uso ético e responsável da inteligência artificial com base na centralidade da pessoa humana. Item nº 14.

Convidados:

- Lucas Sato, da Organização Model Evaluation & Threat Research (METR);
- Renan Araújo, pesquisador brasileiro em governança de IA pelo Instituto de Política e Estratégia de IA (IAPS), que atua na Universidade de Oxford,
- Edson Prestes, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS),
- Cristina Godoy Bernardo de Oliveira, professora da Universidade de São Paulo (USP); e
- João Paulo Candia Veiga, Professor da Universidade de São Paulo (USP).

Autor: Jadyel Alencar (REPUBLICANOS/PI)

REQ 108/2025 - Requer a realização de audiência pública para debater a atuação das empresas Big Tech no contexto da regulamentação da Inteligência Artificial. Item nº 15.

Convidados:

- OpenAI – ChatGPT;
- Microsoft Brasil – Copilot;
- Google Brasil – Gemini;
- Meta Brasil – Meta AI; e
- X (antigo Twitter) – Grok

Autor: Helio Lopes (PL/RJ)

REQ 109/2025 - Requer a inclusão de representante da Associação Brasileira de Internet (ABRANET) para Audiência Pública da Comissão Especial sobre a Inteligência Artificial (PL 2338/2023) Item nº 16.

Autor: David Soares (UNIÃO/SP)

REQ 111/2025 - Requer inclusão dos seguintes convidados em audiência pública. Item nº 18.

Convidados:

- Ricardo Campos, diretor do Legal Grounds Institute; e
- Patrícia Peck, PhD - Presidente do Instituto Peck de Cidadania Digital (IPCD).

Autor: Jadyel Alencar (REPUBLICANOS/PI)

REQ 114/2025 - Requer a inclusão de representante do Fórum de Proteção de Dados Pessoais dos Municípios na Audiência Pública destinada a debater o uso de inteligência artificial no serviço público e em infraestruturas críticas. Item nº 21.

Autor: Aureo Ribeiro (SD/RJ)

REQ 116/2025 - Requer a realização de Audiência Pública para discutir os impactos da Inteligência Artificial na Segurança Pública. Item nº 23.

Convidados:

- Pedro Diogo Carvalho Monteiro – Coordenador de pesquisa no Laboratório de Políticas Públicas e Internet (LAPIN);
- Pablo Nunes – Coordenador-geral do Centro de Estudos em Segurança e Cidadania (CESeC);
- Thallita Lima – Doutora em Relações Internacionais pela PUC-Rio;
- Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública; e
- Representante da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Autor: Luizianne Lins (PT/CE)

REQ 118/2025 - Requer a inclusão de convidados em audiências públicas para discutir os impactos da regulação da inteligência artificial. Item nº 25.

Convidados:

- Daniel Oliveira Cajueiro - professor titular do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB);
- Lucas Ribeiro - fundador e CEO da ROIT;
- Rodrigo Saraiva Marinho - Diretor Executivo do Instituto Livre Mercado (ILM);
- Juliano Maranhão - professor livre-docente da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo;
- Luiz Antonio Vesco Gaiotto – pesquisador;
- Eduardo Moreth - advogado, fundador da startup de IA jurídica Brain Legal; e
- Rafael Reis - Presidente do INPD.

Autor: Adriana Ventura (NOVO/SP)

CPD - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA / Anexo II, Plenário 13, 14h00

PL 4346/2024 - Institui o Selo Empresa Inclusiva e dá outras providências. Item nº 27.

Explicação Geral: Traz como incentivo, redução do IRPJ e prioridade em licitações

Autor: Duarte Jr. (PSB/MA)

Relator: Pedro Campos (PSB/PE)

Parecer: Pela aprovação.

CSPCCO - COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO / Anexo II, Plenário 06, 14h00

PL 2746/2023 - Altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, instituindo o Sistema Nacional de Prevenção ao Crime de Pedofilia Cibernética - Sinape. Item nº 5.

Explicação: estabelece, entre outros, a incorporação de cadastro com dados e informações de domínios na internet que possuam conteúdos sexuais ou que estimulem sua prática.

Autor: Dagoberto Nogueira (PSDB/MS)

Relator: Delegada Ione (AVANTE/MG)

Parecer: Pela aprovação.

CASP - COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO / Anexo II, Plenário 08, 14h00

PLP 157/2024 - Regulamenta o § 3º do artigo 37 da Constituição Federal, cria o Estatuto da Participação Social e dá outras providências. Item nº 4.

Explicação: Prevê o desenvolvimento de plataformas digitais acessíveis que permitam a participação sem a necessidade de múltiplos acessos ou cadastros além de determinar ao Poder Público a implementação de políticas de inclusão digital que garantam: (i) a disponibilização de equipamentos e acesso à internet de qualidade em áreas carentes para assegurar acesso universal; (ii) programas de capacitação digital para a população, garantindo que todos possam e saibam utilizar ferramentas tecnológicas para participação; e (iii) a implementação de centros comunitários com acesso a equipamentos e à internet, com apoio técnico, promovendo inclusão social e digital.

Autor: Carla Ayres (PT/SC)
Relator: Duda Ramos (MDB/RR)
Parecer: Pela aprovação deste, na forma do Substitutivo.

PL 2556/2021 - Cria mecanismos para impedir que pessoas que estejam sob medidas cautelares ou condenadas por crimes de violência doméstica, contra crianças e adolescentes e contra idosos não possam tomar posse em cargos públicos, nem contratar com a Administração Pública Direta e Indireta. Item nº 10.

Autor: Gonzaga Patriota (PSB/PE)
Relator: Delegada Ione (AVANTE/MG)

Parecer: Pela aprovação deste, dos PLs 3210/2021, 165/2023, 718/2023, 866/2023, 874/2023, 986/2023, 2564/2023, 2641/2023, 2948/2023, 3326/2023, 549/2024, e 140/2025, apensados, na forma do Substitutivo.

CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA / Anexo II, Plenário 01, 14h30

PEC 17/2022 - Visa a atualização e capacitação tecnológica das Forças Armadas, alterando o art. 167 da Constituição Federal, para retirar a limitação de dotações consignadas ao orçamento das Forças Armadas e acrescentando o art. 101 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para vedar, quaisquer limitações à execução das dotações. Item nº 2.

Explicação: determina que fica vedado, pelo prazo de dez anos, renováveis automaticamente por igual período, caso não haja manifestações contrárias de dois terços dos parlamentares do Congresso, quaisquer limitações à execução das despesas discricionárias para projetos estratégicos de Defesa, sendo eles, defesa Terrestre, Marítima, Aérea, Aeroespaciais, Cibernética e Nuclear, visando a aquisição de tecnologia, de insumos de produção, de produtos e serviços; o financiamento do desenvolvimento de novas tecnologias; licitações de projetos que visam estimular a inovação e a modernização da atividade fim das Forças de Defesa do Brasil.

Autor: Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL/SP)

Relator: Bia Kicis (PL/DF)

Parecer: Pela admissibilidade.

PEC 42/2024 - Acrescenta o inciso VI ao art. 51 da Constituição Federal, para estabelecer competência privativa à Câmara dos Deputados relativa à fiscalização das atividades das agências reguladoras. Item nº 4.

Explicação: Prevê ampliação dos poderes da Câmara dos Deputados para acompanhar e fiscalizar as atividades e atos normativos das agências reguladoras por meio de suas comissões. Além disso, permite que a Câmara fixe prazos para que essas agências adotem providências necessárias ao cumprimento da lei. Caso sejam identificadas condutas ilícitas dolosas, por ação ou omissão, essas deverão ser encaminhadas ao Ministério Público (MPU), à Advocacia-Geral da União (AGU) e ao Tribunal de Contas da União (TCU), para que promovam a responsabilização administrativa, civil ou criminal dos infratores.

Autor: Danilo Forte (UNIÃO/CE)

Relator: Dr. Victor Linhalis (PODE/ES)

Parecer: Pela admissibilidade.

CICS - COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS / Anexo II, Plenário 05, 14h30

REQ 17/2025 - Requer a inclusão de convidado em audiência pública, para debater sobre a atualização de tabela do Sistema Tributário Simples Nacional Item nº 1.

Convidados:

- Representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC);
- Representante da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL);
- Representante da Associação Brasileira de Franchising (ABF);
- Representante da Associação Nacional de Restaurantes (ANR); e
- Representante da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação (FBHA).

Autor: Any Ortiz (CIDADANIA/RS)

REQ 18/2025 - Requer a inclusão de convidado em audiência pública, para debater sobre a atualização de tabela do Sistema Tributário Simples Nacional. Item nº 2.

Convidados:

- Representante da Federação Gaúcha para o Desenvolvimento do Varejo (AGV);
- Representante da Federação Varejista do RS;
- Representante Técnico da Fecomércio/SP;
- Representante do Sindicato de Hospedagem e Alimentação de Porto Alegre e Região (Sindhá);
- Representante do Sindicato dos Lojistas de Porto Alegre (Sindilojas POA);
- Representante do Sindicato Empresarial de Gastronomia e Hotelaria da Região Uva e Vinho (SEGH);

- Representante do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado de São Paulo (SESCON-SP);
 - Representante do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Rio Grande do Sul (SESCON-RS);
 - Representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Porto Alegre (CDL - POA).
- Autor: Any Ortiz (CIDADANIA/RS)

SUBSNE25 - SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DO SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (SNE) / Anexo II, Plenário 10, 16h30

Audiência Pública - Tema: O impacto do Sistema Nacional de Educação (SNE) na autonomia dos entes e aspectos de constitucionalidade.

- Henrique Lago, vice-presidente da Associação De Olho no Material Escolar;
- João Alberto, advogado especialista em Direito Constitucional e Financeiro e em Ciência Política;
- Ives Gandra Martins, jurista, advogado, professor e escritor, professor emérito da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie;
- Modesto Carvalhosa, jurista, parecerista, consultor, professor aposentado de Direito Comercial da Faculdade de Direito da USP;
- Francisco Carlos D'emilio Borges, mestre em Educação, especialista em políticas públicas, membro do conselho da Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP).

Quarta-feira (09/07)

CDE - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO / Anexo II, Plenário 05, 10h00

PLP 52/2022 - Altera a lei complementar 147 de 7 de agosto de 2014. Item nº 6.

Explicação: altera a lei complementar para acrescentar um membro da Confederação Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – COMICRO e um membro da Confederação Nacional das Micro e Pequenas Empresas e dos Empreendedores Individuais – CONAMPE passam a constar como Confederações representativas no Conselho Deliberativo do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE.

Autor: Julio Cesar Ribeiro (REPUBLICANOS/DF)

Relator: Luiz Gastão (PSD/CE)

Parecer: Pela rejeição.

PLP 128/2025 - Altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento). Item nº 7.

Autor: Mauro Benevides Filho (PDT/CE)

Relator: Augusto Coutinho (REPUBLICANOS/PE)

Parecer: Pela aprovação deste, com emenda.

CFT - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO / Anexo II, Plenário 04, 10h00

Audiência Pública - Tema: Comparecimento do Presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo

CDC - COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR / Anexo II, Plenário 08, 10h00

PL 6119/2023 - Altera o Decreto-Lei nº 2848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o uso fraudulento de inteligência artificial. Item nº 3.

Explicação: Trata do crime de “Fraude publicitária com uso de inteligência artificial”, caracterizado como “Criar, utilizar e propagar vídeos de pessoas famosas ou anônimas criados por inteligência artificial com a finalidade de manipular, enganar e induzir a erro consumidores”, com pena de reclusão, de 4 a 8 anos, e multa.

Autor: Kim Kataguirí (UNIÃO/SP)

Relator: Gisela Simona (UNIÃO/MT)

Parecer: Pela aprovação com substitutivo.

PL 2537/2019 - Obriga o aviso sobre o reconhecimento facial em estabelecimentos comerciais. Item nº 6.

Autor: Juninho do Pneu (UNIÃO/RJ)

Relator: Nilto Tatto (PT/SP)

Parecer: Pela aprovação deste, com substitutivo.

CDU - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO / Anexo II, Plenário 16, 10h00

PL 1437/2022 - Dispõe sobre a disponibilização pelos órgãos públicos competentes de espaços públicos para a logística reversa. Item nº 13.

Explicação: prevê que o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos deve prever a disponibilização de espaços públicos para favorecer e viabilizar as atividades de logística reversa.

Autor: Gustavo Fruet (PDT/PR)

Relator: Cobalchini (MDB/SC)

Parecer: Pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição do Substitutivo da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS).

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO / Anexo II, Plenário 10, 10h00

PL 626/2024 - Destina 10% (dez por cento) dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT para o fomento de produtos, estratégias e tecnologias voltados para a telessaúde, a teleassistência e a educação à distância. Item nº 11.

Explicação: Altera dispositivo da Lei nº 11.540/2007 (dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT) que dispõe sobre a aplicação dos recursos, para determinar o apoio a programas, projetos e atividades de C,T&I destinados a fomentar produtos, estratégia e tecnologias voltados para a telessaúde, a teleassistência e a educação à distância, na proporção mínima de 10%.

Autor: Fred Linhares (REPUBLICANOS/DF)

Relator: Dayany Bittencourt (UNIÃO/CE)

Parecer: Pela aprovação.

PL 2357/2024 - Institui o Programa Juventude Digital como Política Pública Nacional, visando à capacitação de jovens, prioritariamente aqueles provenientes da rede pública de ensino, em competências tecnológicas demandadas pelo mercado de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), com o objetivo de potencializar oportunidades de emprego e renda para esse público. Item nº 16.

Explicação: Institui Programa, com as seguintes diretrizes: (i) oferecer cursos e treinamentos em áreas como programação, desenvolvimento de software, redes de computadores, segurança da informação, análise de dados, entre outras competências relevantes para o mercado de TIC; (ii) priorizar a participação de jovens provenientes de escolas públicas, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social; (iii) promover a inclusão de jovens de todas as regiões do país, com especial atenção para áreas com menor acesso a oportunidades de formação tecnológica; (iv) estabelecer parcerias com empresas do setor de TIC para garantir a atualização constante dos conteúdos oferecidos e a criação de oportunidades de estágio e emprego para os jovens capacitados; e (v) fomentar a criação de startups e projetos de inovação tecnológica entre os participantes do programa.

Autor: Marcos Tavares (PDT/RJ)

Relator: Duda Ramos (MDB/RR)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

CVT - COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES / Anexo II, Plenário 11, 10h30

PL 2559/2023 - Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer a obrigatoriedade de disponibilidade de internet em alta velocidade nos veículos de transporte escolar, nos termos que especifica. Item nº 19.

Autor: Júnior Mano (PSB/CE)

Relator: Rubens Otoni (PT/GO)

Parecer: Pela rejeição deste.

CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA / Anexo II, Plenário 01, 11h00

PL 386/2023 - Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para prorrogar a licença-maternidade em até 120 (cento e vinte) dias após a alta hospitalar do recém-nascido e de sua mãe; e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para ampliar o prazo de recebimento do salário-maternidade. Item nº 68.

Autor: Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Relator: Laura Carneiro (PSD/RJ)

Parecer: Pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

PL 2598/2022 - Institui o Dia 10 de outubro como Dia Nacional de combate a Ludopatia. Item nº 88.

Explicação: ludopatia é uma condição médica caracterizada pela compulsão de uma pessoa por jogos de azar.

Autor: Paulo Folletto (PSB/ES)

Relator: Diego Garcia (REPUBLICANOS/PR)

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa.

CCTI - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO / Anexo II, Plenário 13, 11h00

REQ 29/2025 - Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação para debater os desafios e oportunidades dos data centers e a criação da Política Nacional para Processamento e Armazenamento Digitais com o PL nº 1.680/2025. Item nº 1.

Convidados:

1º Audiência Pública:

- Representante da Casa Civil;
- Representante do Ministério das Comunicações;
- Representante da Associação Brasileira de Datacenters (ABDC);
- Representante do Google Cloud;
- Jorge Arbache, Prof. de Economia da Universidade de Brasília;
- Representante da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações (ABRINT); e
- Associação Brasileira de Empresas de Software (ABES).

2º Audiência Pública:

- Representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC);
- Representante do Ministério da Fazenda;
- Representante do Ministério de Minas e Energia (MME);
- Representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA);
- Representante da Scala Data Centers;
- Representante da DataPrivacy Brasil; e
- Representante do Comitê Gestor de Internet no Brasil (CGI)

Autor: David Soares (UNIÃO/SP)

REQ 30/2025 - Solicita realização de Audiência Pública para discussão do tema: “Inteligência Artificial no campo e COP30: tecnologias brasileiras para a sustentabilidade e segurança alimentar”. Item nº 2.

Convidados:

- Representante da Embrapa;
- Representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI);
- Representante do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA);
- Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI);
- Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).
- Representante da OpenIA – empresa norte-americana de pesquisa e desenvolvimento em inteligência artificial (IA); e
- Representante da Solinftec – empresa brasileira de destaque internacional em inteligência artificial para o agronegócio, com forte atuação em soluções sustentáveis de monitoramento e automação no campo.

Autor: Vitor Lippi (PSDB/SP)

REQ 31/2025 - Requer inclusão de convidado em audiência pública no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação para debater os desafios e oportunidades dos data centers e a criação da Política Nacional para Processamento e Armazenamento Digitais com o PL nº 1.680/2025. Item nº 3.

Convidado:

- Representante da Brasscom – Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais.

Autor: Vitor Lippi (PSDB/SP)

REQ 32/2025 - Requer a realização de audiência pública para discutir mecanismos de fortalecimento das Agências Reguladoras. Item nº 4.

Convidados:

- Agência Nacional de Águas (ANA);
- Agência Nacional de Aviação Civil (Anac);
- Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel);
- Agência Nacional de Mineração (ANM);
- Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP);
- Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS);
- Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel);
- Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq);
- Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); e

- Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Autor: Arnaldo Jardim (CIDADANIA/SP)

PL 3983/2019 - Altera a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, para prever o reconhecimento de atributos de representação em certificado digital. Item nº 8.

Explicação: Estabelece que o sistema que exija ou aceite a certificação digital no padrão ICP-Brasil deve reconhecer, ao menos, os certificados de atributos de representação, bem como de assistência e representação de incapazes, desde que emitidos nos mesmos padrões estabelecidos pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil.

Autor: Irajá (PSD/TO)

Relator: Julio Cesar Ribeiro (REPUBLICANOS/DF)

Parecer: Pela aprovação.

PL 469/2024 - Acrescenta o art. 9º-A à Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), para proibir que provedores de conexão de internet institua cobrança direcionada aos provedores de aplicações de internet por geração de tráfego de dados. Item nº 9.

Explicação: Veda provedores de conexão de internet a instituição de cobrança por tráfego gerado por provedores de aplicações de internet.

Autor: David Soares (UNIÃO/SP)

Relator: Fausto Pinato (PP/SP)

Parecer: Pela aprovação deste, com emenda, e pela rejeição das Emendas de nºs 1/2025, 2/2025 e 3/2025 apresentadas ao projeto na comissão e da Emenda nº 1/2024 adotada pela Comissão de Comunicação (CCOM).

CIDOSO - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA / Anexo II, Plenário 12, 13h00

PL 3021/2011 - Acrescenta o inciso III ao art. 30 da Lei nº 11.196, de 2005, que "Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica." Item nº 3.

Explicação: estabelece que o prazo limite para venda de equipamentos eletrônicos com alíquota zero não se aplica no caso de venda efetuada para pessoas idosas

Autor: Rubens Bueno (CIDADANIA/PR)

Relator: Alexandre Lindenmeyer (PT/RS)

Parecer: Pela aprovação deste, com substitutivo.

CCOM - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO / Anexo II, Plenário 11, 13h00

PL 2018/2022 - Acrescenta artigos e incisos à Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015, para dispor sobre o licenciamento simplificado para a instalação de infraestrutura de redes de telecomunicações. Item nº 36.

Explicação: permite a possibilidade de delegação pela Anatel das atividades de verificação das qualificações jurídicas, técnicas e econômico-financeiras para fins de emissão do Selo de Qualidade, de maneira a facilitar o exercício do poder de polícia, prerrogativa exclusiva da Anatel. Tal selo consiste na verificação prévia dos requisitos formais necessários para que o requerimento obtenha a licença para instalar a infraestrutura de redes de telecomunicações pretendidas.

Autor: Jhonatan de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relator: Cezinha de Madureira (PSD/SP)

Parecer: Pela aprovação com Substitutivo.

PL 3172/2019 - Dispõe sobre a adiamento do vencimento das faturas cobradas por fornecedores de serviços continuados. Item nº 38.

Explicação: serviços de natureza continuada são aqueles em que existe um contrato de prestação de serviço sem prazo final definido ou cujo prazo contratado ultrapasse 6 meses.

Autor: Carlos Henrique Gaguim (UNIÃO/TO)

Relator: Cleber Verde (MDB/MA)

Parecer: Pela aprovação do Substitutivo adotado pela Comissão de Defesa do Consumidor (CDC).

PL 177/2024 - "Institui a Campanha de Conscientização e Prevenção contra Crimes Cibernéticos, cometidos por meio do uso indevido da inteligência artificial, contra crianças e adolescentes." Item nº 41.

Explicação: Institui campanha de conscientização com a finalidade de alertar e desencorajar o uso de sites de inteligência artificial para criação de material que exponha ou ridicularize crianças e adolescentes. Prevê, ainda, a celebração de parcerias com organizações da sociedade civil.

Autor: Saullo Vianna (UNIÃO/AM)

Relator: Antonio Andrade (REPUBLICANOS/TO)

Parecer: Pela aprovação na forma do substitutivo adotado pela Comissão de Educação (CE).

PL 3402/2024 - Dispõe sobre o direito à livre escolha e utilização dos meios de comunicação virtuais e redes sociais, nacionais ou estrangeiras. Item nº 43.

Explicação: Veda a imposição de penalidades a indivíduos ou entidades que utilizem meios tecnológicos para contornar a suspensão de plataformas de mídia social quando estes não forem citados de maneira específica nas ações judiciais ou processos. Ainda, prevê que as plataformas de mídia social deverão adotar medidas razoáveis para impedir o uso ilícito de seus serviços, sem prejudicar o acesso legítimo à informação.

Autor: Amom Mandel (CIDADANIA/AM)

Relator: Gilvan Maximo (REPUBLICANOS/DF)

Parecer: Pela aprovação deste, do PL 3471/2024, e do PL 3475/2024, apensados, com Substitutivo.

PL 3435/2024 - Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para incluir o uso preferencial de reconhecimento facial e verificação de identidade no cadastramento de usuários em redes sociais e serviços de mensageria. Item nº 44.

Explicação: Acrescenta dispositivos ao Marco Civil da Internet para determinar às redes sociais ou de mensageria eletrônica a utilização preferencial de tecnologias de reconhecimento facial e verificação de identidade no ato do cadastro de novos usuários.

Autor: Ricardo Ayres (REPUBLICANOS/TO)

Relator: Gilvan Maximo (REPUBLICANOS/DF)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

PL 4357/2024 - Institui o Programa Nacional de Proteção de Dados dos Consumidores e dá outras providências. Item nº 45.

Explicação: Institui o Programa Nacional de Proteção de Dados dos Consumidores para (i) promover a educação digital sobre direitos de privacidade; (ii) criar canais para denúncias de vazamento ou uso indevido de dados; e (iii) fortalecer a fiscalização da LGPD. Executado pela Senacon em parceria com o MJSP, as denúncias serão analisadas em até 30 dias, sendo passíveis de punição.

Autor: Duarte Jr. (PSB/MA)

Relator: Antonio Andrade (REPUBLICANOS/TO)

Parecer: Pela aprovação, com Substitutivo.

CCULT - COMISSÃO DE CULTURA / Anexo II, Plenário 10, 13h30

PL 2331/2022 - Dispõe sobre a oferta de serviços de vídeo sob demanda ao mercado brasileiro e cria nova modalidade de Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine). Item nº 1.

Explicação: Prevê que prestadores de VoD contribuam com a Condecine de acordo com a receita operacional bruta relativa à prestação do serviço ao público brasileiro, descontados os impostos, de acordo com receita bruta anual. Ainda, isenta os provedores que auferirem receita anual igual ou inferior a R\$ 4,8 milhões.

Autor: Nelsinho Trad (PSD/MS)

Relator: Jandira Feghali (PCDOB/RJ)

Parecer: Pela rejeição das Emendas nº 1, 4, 5, 7, 9, 10, 11, 14, 16 e 18; pela aprovação parcial das Emendas nº 2, 3, 6, 8, 13, 15 e 17; e pela aprovação da Emenda nº 12, na forma do Substitutivo.

PL 2614/2024 - COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO QUE "APROVA O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O DECÊNIO 2024-2034" / Anexo II, Plenário 06, 14h00

Reunião de Comparecimento de Ministro(a) - Tema: Debater o [Projeto de Lei nº 2614/24](#), que aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034

Convidado:

- Camilo Sobreira de Santana, ministro de Estado da Educação.

CPASF - COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA / Anexo II, Plenário 07, 14h00

PL 3666/2021 - Dispõe sobre a criação de banco de dados contendo informações relevantes sobre pessoas condenadas por violência doméstica. Item nº 7.

Explicação: determina que o Poder Executivo criará um cadastro nacional de pessoas condenadas por violência doméstica ou intrafamiliar, em quaisquer de suas formas, inclusive as relacionadas a crianças e adolescentes e idosos, para consulta pública.

Autor: Professora Dayane Pimentel (UNIÃO/BA)

Relator: Rogéria Santos (REPUBLICANOS/BA)

Parecer: Pela aprovação deste e do Substitutivo adotado pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO).

Quinta-feira (10/07)

OUTROS EVENTOS / Plenário da Câmara dos Deputados, 14h00

Sessão Não Deliberativa Solene - **Tema:** Homenagem aos 75 anos da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados

SUBSNE25 - SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DO SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (SNE) / Anexo II, Plenário 10, 09h30

Audiência Pública - **Tema:** Mudanças práticas que o Sistema Nacional de Educação (SNE) trará às políticas públicas educacionais em vigor

Convidados:

- Ilona Becskeházy, conselheira da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação;
- João Batista, Presidente do Instituto IDados;
- Douglas Vilhena, professor da Universidade Federal de Juiz de Fora;
- Francisco Carlos D'emilio Borges, mestre em educação, especialista em políticas públicas e membro do conselho da Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP);
- Adriana Marra, advogada especialista em Direito de Família e Sucessões e Direito Público e Neurociência e Educação;
- Cassia Queiroz, especialista em Tecnologias em Educação e Relações Internacionais.

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO / A Definir, 11h00

Audiência Pública - **Tema:** Sistema Nacional de Educação (SNE)

Convidados:

- Talita Nascimento, Representante do Todos pela Educação;
- Verônica T. Glória, Políticas Públicas da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal;
- Filomena Siqueira, Fundação Bracell;
- Julia Sant'Ana, Diretora-Executiva do Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB);
- Representante do Instituto Natura
- Diogo Jamra, Gerente de Articulação, *Advocacy*, Monitoramento e Avaliação do Itaú Educação e Trabalho;
- Leonardo Lapa Pedreira, Gerente de Educação Básica da Superintendência de Educação do Serviço Social da Indústria (SESI); e
- Ricardo Henriques, Representante do Instituto Unibanco

SENADO FEDERAL

Terça-feira (08/07)

CI - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, 09h00

Audiência Pública - **Tema:** Promover um debate técnico e institucional acerca da situação orçamentária das agências reguladoras federais brasileiras, bem como os reflexos dessa conjuntura sobre a capacidade regulatória do Estado e a prestação de serviços públicos essenciais.

Convidados:

- Mauro Henrique Moreira Sousa, diretor-geral da ANM;
- Cristiana Camarate Silveira Martins Leão Quinalia, conselheira substituta do Conselho Diretor da ANATEL;
- Adriano Pinto de Miranda, diretor-presidente substituto da ANAC;
- Bruno Conde Caselli, diretor-geral da ANP;
- Agnes Maria de Aragão da Costa, diretora-geral substituta da ANEEL;
- Guilherme Theo Rodrigues da Rocha Sampaio, diretor-geral da ANTT; e
- Caio César Farias Leôncio, diretor-geral da ANTAQ.

CRE - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, 09h00

Reunião - Tema: Indicação do membro da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para compor a CCAI - Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência.

Quarta-feira (09/07)

CCT - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, 10h00

Reunião- Tema: Apreciação da Proposta de Plano de Trabalho para a Avaliação da Política Pública sobre o tema “Inteligência Artificial no Brasil: Impacto das Políticas Públicas para seu Desenvolvimento e Bem-Estar da População”.
Relator: Astronauta Marcos Pontes (SP/PL)

PL 233/2022 - Dispõe sobre a coleta e o compartilhamento de dados sobre beneficiário final de pessoas jurídicas brasileiras e estrangeiras com atividades no País. Item nº 3.

Explicação: a medida busca, entre outros: a) definir como beneficiário final de pessoas jurídicas a pessoa natural que, em última instância, possui, controla ou influencia uma entidade – controle que é definido como possuir ao menos 15% do capital ou do direito de voto naquela entidade, aquele em cujo nome uma transação é conduzida ou aquele que detém ou exerce preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger ou remover a maioria dos administradores da entidade; b) fixar como responsáveis pela coleta de dados sobre beneficiário final a Secretaria da Receita Federal do Brasil, bem como das Juntas Comerciais, a partir de orientações exaradas pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração (DREI) da Secretaria de Governo Digital (SGD); c) sujeitar às obrigações relacionadas à transparência do beneficiário final todas as sociedades civis e comerciais, associações, cooperativas, fundações sujeitas ao direito brasileiro ou estrangeiro que exerçam atividade ou pratiquem atos e negócios jurídicos em território nacional, assim como os representantes de entidades internacionais ou de direito estrangeiro que exerçam atividade no Brasil; e) prever que informações sobre os beneficiários finais de cada pessoa jurídica devem ser fornecidas com determinada periodicidade e detalhes suficientes para permitir a identificação precisa destes; f) aprimorar os sistemas de preenchimento do Quadro de Sócios e Administradores (QSA) de pessoas jurídicas, bem como a publicização de informações públicas contidas no QSA devem ser publicadas em formato aberto, estruturado e acessível a todos.

Autor: Delegado Alessandro Vieira (MDB/SE)

Relator: Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Parecer: Pela aprovação.